



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

“Administrando para o povo”

LEI N 1800, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2009.

Autoriza contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público.

A PREFEITA MUNICIPAL. Faço saber, em disposto no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art.1^o Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação por tempo determinado do seguinte cargo:

I - 01 (um) Farmacêutico, Padrão 13, Classe A, com vencimento mensal de R\$ 1.513,17 (um mil quinhentos e treze reais e dezessete centavos).

Art. 2^o A contratação do profissional mencionado no art. 1^o terá regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais e será pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sanção da presente Lei.

Art. 3^o A contratação prevista no art. 1^o, serão de natureza administrativa e na forma prevista nos arts. 252 e 253, da Lei 072, de 12 de junho de 1994.

Art. 4^o O pagamento da referida contratação será feita através de dotação orçamentária específica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da seguinte rubrica:

0801.10.301.0001.2028-339004000000- Contratação por tempo determinado.

Art. 5^o Será permitido ao contratado executar serviços extraordinários com a devida anuência do gestor público, bem como receber Insalubridade referente a 20% (vinte por cento).

Art. 6^o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Viana, RS, 01 de fevereiro de 2010.


IONE OLARTE CAMINHA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 01 de fevereiro de 2010


Roitman Stiver Ribeiro Manganelli
Secretário de Governo e Planejamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

“Administrando para o povo”

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Tem o presente Projeto de Lei o objetivo de contratar farmacêutico para regularização da farmácia básica do município às normas da legislação sanitária em vigência, editadas pela ANVISA e Ministério da Saúde, que obriga as empresas públicas ou privadas a possuírem em seus quadros um farmacêutico diplomado em faculdade, quando possuírem em sua estrutura física farmácia para atendimento a população, com prescrição e fornecimento de medicamentos, manipulação, estoque, entre outros.

As razões são diversas, porque na eventualidade uma pessoa leiga no ramo poderá trazer prejuízos irreparáveis aos munícipes e ao próprio Poder Público e, com a presença do farmacêutico no local traz segurança e confiança à comunidade.

Demais disso, a permanência do farmacêutico é determinada pela Lei nº 5.991/73, o que não sendo atendido pelo Município, poderá acarretar com o fechamento da farmácia básica. O farmacêutico atua nos recintos como um gestor de qualidade. Este funcionário irá adequar os processos conforme e segundo as normas e controla a conservação dos produtos, manuseio e limpeza, de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.

Diante destas razões, solicitamos que os Nobres Vereadores avaliem o presente Projeto de Lei e o aprovem.

Atenciosamente,

Manoel Viana, RS, 01 de fevereiro de 2010.

IONE OLARTE CAMINHA
Prefeita Municipal